

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

RuasInvest Participações S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Ruas Invest Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ruas Invest Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na sessão a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ruas Invest Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Créditos tributários oriundos do processo do ICMS na Base de cálculo do PIS e da COFINS reconhecido fora do período de competência por controlada em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 7.6 às demonstrações financeiras, durante o exercício de 2019, a controlada em conjunto Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. obteve decisão favorável transitada em julgado acerca do crédito decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, no montante original de R\$ 77.865 mil, que inclui créditos originados nos exercícios de 2020 e 2021, no montante de R\$ 6.246 mil. Contudo, a administração da controlada registrou o referido crédito tributário integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pelo montante atualizado de R\$ 106.787 mil, que inclui atualização monetária referente ao exercício findo nessa data, no montante de R\$ 1.757 mil, não seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Conseqüentemente, devido ao reflexo na equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, o resultado do exercício, individual e consolidado, está apresentado a maior em R\$ 37.874 mil (31 de dezembro de 2021 apresentado a menor em R\$ 1.111 mil), líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 02 de maio de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP027623/F

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC-SP211793/O

RuasInvest Participações S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	131.499	44.700	132.214	49.114
Títulos e valores mobiliários	4	90.651	6.302	19.517	22.097
Partes relacionadas	6	-	-	71.134	-
Contas a receber de clientes	5	2.292	5.750	2.553	46.559
Impostos a recuperar		6.429	1.873	6.609	3.487
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	46.527	37.870	46.527	37.870
Outros ativos	9	41.106	40.263	41.441	41.224
Total do ativo circulante		318.504	136.758	319.995	200.351
Não circulante					
Tributos diferidos		-	-	-	31.084
Empréstimos - partes relacionadas	6	35.251	30.940	35.251	-
Impostos a recuperar		-	-	-	402
Outros ativos	9	41	38.969	41	38.969
Investimentos	7	648.055	511.047	697.977	500.182
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	54.448	-	1.650	-
Imobilizado	10	4.547	10.118	6.879	133.645
Intangível	11	56.931	167.302	56.951	192.076
Total do ativo não circulante		799.273	758.376	798.749	898.358
Total do ativo		1.117.777	895.134	1.118.744	1.098.709

RuasInvest Participações S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)--*continuação*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		-	-	30	19.318
Empréstimos e financiamentos	12	64.249	8.341	64.249	45.148
Empréstimos - partes relacionadas	6	-	4	-	11
Impostos e contribuições a recolher		2.698	1.347	3.255	12.075
Obrigações sociais e trabalhistas		192	66	231	7.170
Dividendos e juros sobre o capital próprio		81.180	36.985	81.180	36.985
Provisões	14	-	-	-	6.075
Adiantamento de clientes		-	-	9	6.338
Receitas diferidas				-	429
Arrendamento a pagar				-	1.291
Outros passivos	13	40.253	58.574	40.566	58.579
Total do circulante		183.176	105.317	184.124	193.419
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	94.003	160.811	94.003	262.269
Tributos diferidos	21	6.637	30.289	6.637	30.289
Empréstimos - partes relacionadas	6	15.964	19.993	15.964	30.802
Provisão para perdas em investimentos	7	5.497	5.479	5.497	5.479
Outros passivos		85		102	655
Total do não circulante		122.187	216.572	122.206	329.494
Total do passivo		305.363	321.889	306.330	522.913
Patrimônio líquido	15				
Capital social		391.400	371.000	391.400	371.000
Reserva de lucros		420.582	205.712	420.582	205.712
Ajuste de avaliação patrimonial		432	(3.467)	432	(3.467)
		812.414	573.245	812.414	573.245
Participação dos não controladores			-	-	2.551
Total do patrimônio líquido		812.414	573.245	812.414	575.796
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.117.777	895.134	1.118.744	1.098.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	5.820	2.964	43.859	162.435
Custos dos serviços prestados	17			(16.209)	(77.074)
Lucro bruto		5.820	2.964	27.649	85.361
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas e com vendas	18	(25.422)	(16.453)	(31.563)	(52.971)
Outras despesas operacionais	19	(4.629)	(9.448)	(15.120)	(35.601)
Outras receitas operacionais	19	161.246	-	161.246	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	158.260	121.859	161.817	121.022
Resultado operacional		295.275	98.922	304.030	117.810
Receitas financeiras	20	71.782	34.625	71.834	35.309
Despesas financeiras	20	(52.584)	(45.845)	(57.673)	(62.937)
Resultado financeiro, líquido		19.198	(11.220)	14.161	(27.628)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		314.473	87.702	318.191	90.182
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	21	(36.561)	-	(39.127)	(68)
Diferidos		3.419	15.603	3.419	13.806
Lucro líquido do exercício		281.331	103.305	282.483	103.920
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				281.331	103.305
Participação dos não controladores				1.152	615
				282.483	103.920
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)	15	0,65	0,24		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		281.331	103.305	282.483	103.920
Outros resultados abrangentes:					
Mudança no valor justo dos ativos financeiros	23	2.993	(3.178)	2.993	(3.178)
Participação no resultado abrangente da investida no exterior	7	906	607	906	607
Total do resultado abrangente		285.230	100.734	286.382	101.349
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				285.230	100.734
Participação dos não controladores				1.152	615
				286.382	101.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		371.000	15.039	118.865	(896)	-	504.007	1.936	505.943
Aumento de capital social	15	60.000	-	-	-	-	60.000	-	60.000
Capital a integralizar	15	(60.000)	-	-	-	-	(60.000)	-	(60.000)
Outros		-	-	-	-	1.504	1.504	-	1.504
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	23	-	-	-	(3.178)	-	(3.178)	-	(3.178)
Participação no resultado abrangente das investidas	7	-	-	-	607	-	607	-	607
Lucro líquido exercício		-	-	-	-	103.305	103.305	615	103.920
Destinação do lucro:									
Dividendos distribuídos da reserva de lucros	15	-	-	(33.000)	-	-	(33.000)	-	(33.000)
Constituição de reserva		-	5.165	99.644	-	(104.809)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		371.000	20.204	185.509	(3.467)	-	573.245	2.551	575.796
Aumento de capital social	15	20.400					20.400		20.400
Outros				354			354	(3.703)	(3.349)
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	23				2.993		2.993		2.993
Participação no resultado abrangente das investidas	7				906		906		906
Lucro líquido exercício						281.331	281.331	1.152	282.483
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva legal			14.067			(14.067)			
Dividendos mínimos obrigatórios	15					(66.816)	(66.816)		(66.816)
Constituição de reserva de lucros				200.448		(200.448)			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		391.400	34.271	386.311	432	-	812.414	-	812.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	314.473	87.702	318.191	90.182
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(158.260)	(121.859)	(161.817)	(121.022)
Depreciação/amortização	10.294	16.908	13.475	30.416
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos	(3.256)	20.399	846	30.932
Juros e variação cambial sobre empréstimos de partes relacionadas e outros	(4.311)	(2.370)	(4.311)	(2.370)
Rendimentos de aplicação financeira	(16.905)	-	(16.905)	--
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	(272)
Resultado na baixa e venda de imobilizado e intangível	-	-	-	6.348
Resultado líquido na baixa de investida	(157.711)	-	(157.711)	-
Provisões diversas	-	-	-	(1.934)
Variações nas contas patrimoniais				
Contas a receber de clientes	3.457	(3.458)	18.670	(19.146)
Direitos creditórios – partes relacionadas	-	-	(71.134)	-
Impostos a recuperar	(4.556)	(717)	(4.721)	(757)
Fornecedores e contas a pagar	-	-	(522)	1.054
Obrigações sociais e trabalhistas	128	14	(282)	(2.321)
Impostos e contribuições a recolher	(7.401)	1.278	9.550	4.340
Outros ativos e passivos	23.793	37.818	25.006	44.652
Caixa gerado pelas (aplicado) nas operações	(255)	35.715	(50.765)	67.744
Imposto de renda e contribuição social				
Juros pagos	(48.041)	-	(48.041)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(7.644)	(9.092)	(11.526)	(23.907)
	(55.940)	26.623	(39.198)	40.837
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(232)	(2.449)	(913)	(20.021)
Títulos e valores mobiliários	(67.444)	6.492	3.402	(2.540)
Recebimento de caixa na baixa de investida	271.574	-	271.574	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	(28.528)	-	-
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	-	9.396	-	8.035
Aquisição de participações societárias	(9)	(13.202)	(9)	(13.202)
Aumento de capital nas investidas	(5.857)	(257)	(56.997)	(257)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(54.448)	-	(1.650)	-
Caixa líquido transferido em venda de controlada	-	-	(17.528)	-
Dividendos recebidos das investidas	10.800	4.746	10.800	4.746
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos	154.384	(23.802)	208.679	(23.239)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	3.668	37.100
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(11.299)	(60.796)
Captação de empréstimos - partes relacionadas	-	-	-	11.321
Amortização de arrendamentos	-	-	-	(843)
Pagamento de empréstimos a partes relacionadas	(4.029)	-	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(28.016)	(6.803)	(28.016)	(6.803)
Aumento de capital	20.400	-	20.400	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(11.645)	(6.803)	(15.247)	(20.021)
Redução do caixa e equivalentes de caixa				
	86.800	(3.982)	83.100	(2.423)
37Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	44.700	48.682	49.114	51.537
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	131.499	44.700	132.214	49.114
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	86.800	(3.982)	83.100	(2.423)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A RUASINVEST Participações S.A. (adiante designada apenas por “Companhia” ou “RuasInvest”) é uma sociedade gestora de participações sociais cujo objeto social consiste na participação em outras sociedades como sócia ou acionista, além da atuação na representação comercial e agenciamento do comércio de veículos automotores.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, através de suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) atua em todas as regiões do Brasil, além de algumas regiões das Américas do Norte e do Sul, Europa, Ásia e África.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía participação nas seguintes controladas diretas:

Controladas	Participação em 2022	Participação em 2021
OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	25,35%	76,35%
OTIMA Brasil S.A.	100%	100%
QUELUZ Participações S.A.	99,999%	99,999%

Em 01 de abril de 2022, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a RuasInvest e a Publibanca Brasil S.A, assinaram o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual fica estipulada a alienação de 51% da participação societária da Companhia na empresa OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., passando a partir dessa data o controle do investimento para a Publibanca Brasil S.A., e permanecendo no quadro societário da companhia com 25,35% de participação (coligada).

Em março de 2022, a RuasInvest, juntamente com as companhias Amarante Participações S.A., Serpa Participações S.A. e MJR Participações S.A., constitui a companhia RuasInvest Mobilidade Urbana S.A., cujo objeto social consiste na participação de outras sociedades como sócia ou acionista, participando com 91% das ações subscritas, o investimento ainda está sem operação.

Conforme divulgado na Nota 7, a Companhia ainda participa e é sócia de diversas empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 15% a 66,67% (controladas em conjunto e/ou coligadas), no entanto, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios quotistas, independente do percentual de participação.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 02 de maio de 2023.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros, ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.2. Base de mensuração

2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2.2. Moeda estrangeira

2.2.2.1. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.2. Moeda estrangeira--Continuação

2.2.2.1. Transações em moeda estrangeira--Continuação

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2. Operações no exterior

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 2.14.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.1.1. *Participação dos acionistas não controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.3.1.2. *Controladas*

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.2. *Controladas--Continuação*

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

2.3.1.3. *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas do Grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3.1.4. *Investimentos em empresas com negócios em conjunto*

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.4. *Investimentos em empresas com negócios em conjunto--Continuação*

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é um negócio que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

2.3.1.5. *Coligadas*

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.5. *Coligadas--Continuação*

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e outras contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado Desreconhecimento.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.4.2. Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Aeronave	10
Veículos	5
Software	5
Outros	10 a 25
Abrigos	12 a 25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

Softwares--Continuação

- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga da concessão”, no ativo intangível.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

Outros ativos intangíveis--Continuação

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pelo método linear, pelo prazo de 25 anos, que corresponde ao prazo do contrato de Concessão e o que representa o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

Os custos para registro das patentes do mobiliário urbano também estão registrados como ativo intangível e serão amortizados de forma linear durante o prazo de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.7. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Empresa como arrendatária

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor o Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos--Continuação

Empresa como arrendatária--Continuação

Ativos de direito de uso--Continuação

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos--Continuação

Empresa como arrendatária--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os efeitos da adoção ao CPC 06 (R2) não foram significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Impairment de ativos não financeiros--Continuação

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.10. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

2.11. Reconhecimento de receita

A principal receita do Grupo (consolidado) é proveniente da exploração de espaços publicitários existentes nos abrigos de ônibus instalados, através de suas controladas (2022 inclui apenas a controlada Otima Brasil e Otima Concessionária até 31 de março de 2022 – Nota 1). A receita é registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada. Em média, o período de veiculação das campanhas é de uma semana. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A contrapartida da receita em todo caso é registrada no ativo circulante. Em alguns casos a Companhia efetua também a modalidade de receita via permuta, eliminando o saldo a receber em troca de serviços prestados registrados, os quais são reconhecimentos como despesa quando incorridos.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Reconhecimento de receita--Continuação

Em determinadas vendas as agências publicitárias atuam como “agente” negociando a transação entre anunciante e a Companhia, para esses casos, a comissão devida a essas agências é registrada como custo das vendas.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comissão no agenciamento de comercialização de veículos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos entre partes relacionadas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros sobre empréstimos com instituições financeiras, perdas sobre aplicações financeiras, impostos sobre operações financeiras, juros sobre o capital próprio e comissões de fiança. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A partir do 4º trimestre de 2021 a Companhia (controladora) passou a constituir o imposto de renda e contribuição sociais diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, pois passou a preencher os requisitos estabelecidos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, que determina, entre outros, a existência de lucros tributários futuros para o reconhecimento dos créditos de impostos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, de acordo com as alíquotas estabelecidas pela legislação fiscal de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos como créditos fiscais na extensão em que sejam prováveis que lucros futuros estejam disponíveis para compensação, observado os prazos prescricionais e o limite de 30% dos lucros anuais tributáveis, com base nas projeções financeiras elaboradas e fundamentadas em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e consequentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos.

2.15. Estimativas e premissas críticas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, bem como na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos, vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para manutenção corretiva (Nota 15), detalhadas a seguir. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Estimativas e premissas críticas--Continuação

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - O julgamento envolve a avaliação de perda esperada para cada cliente, considerando o andamento das negociações para títulos vencidos, assim, a provisão calculada é ajustada para refletir as perdas prováveis avaliadas pela Administração (Nota 5).
- Imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos - Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e consequentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos (Nota 21).
- Vida útil para ativo imobilizado e intangível - A determinação da vida útil dos ativos fixos resulta nas taxas de encargos de depreciação e amortização reconhecidas no resultado do exercício, nesse caso, a Companhia com auxílio de especialistas avalia individualmente as características desses ativos, sendo que o julgamento envolvido nessa avaliação pode ser alterado em função do estado físico aparente, alteração de tecnologia ou mudança do plano de negócios. O direito de outorga é amortizado no período do contrato de concessão, bem como marcas e patentes; e
- Provisão para manutenção corretiva - Para suportar seu reconhecimento e manutenção dos saldos de provisão para manutenção corretiva, a Administração realiza inspeção física de seu acervo em periodicidade anual e avalia o estado de deterioração dos equipamentos. A provisão é calculada e ajustada para refletir a necessidade de troca desses equipamentos, essencialmente vidros (Nota 11).

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. O Grupo concluiu que essas novas normas e alterações não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras. Bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, as entidades devem aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo: depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que não foi identificado contratos onerosos.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1 Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, o Grupo aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da *IFRS 3 Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou *IFRIC 21 Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1 Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

Referências à Estrutura conceitual--Continuação

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou *joint venture* que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo por não ser um adoptante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros do Grupo durante o período.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1 Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41 (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 ou CPC 29 à data de relato.

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022

As novas normas, interpretações, e alterações emitidas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa não adotou essas normas na elaboração destas demonstrações financeiras, e pretende adotar, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os

quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022 - -Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro--Continuação

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante-- Continuação

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022 - -Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022--Continuação

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

O Grupo está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

4. Disponibilidades

(a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos conta movimento	316	723	487	5.118
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	131.183	43.976	131.727	43.996
	131.499	44.700	132.214	49.114

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Disponibilidades--Continuação

(a) Caixa e equivalente de caixa--Continuação

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata e insignificante risco de mudança no valor, são compostas por:

Instituição financeira	Vencimento	Rendimento	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Banco Safra	12/12/2023	100% CDI	78	77	78	77
Banco Safra	18/05/2023	14,02% CDI	10.857	-	10.857	-
Banco Luso Brasileiro	13/10/2026	129% CDI	-	6.455	-	6.455
Banco Luso Brasileiro	14/11/2022	102% CDI	-	30.636	-	30.636
Banco Luso Brasileiro	30/11/2026	129% CDI	-	620	-	620
Banco Luso Brasileiro	13/09/2027	120% CDI	5.843	-	5.843	-
Banco Luso Brasileiro	16/09/2027	120% CDI	341	-	341	-
Banco Luso Brasileiro	11/10/2027	120% CDI	564	-	564	-
Banco Luso Brasileiro	18/10/2027	120% CDI	11.332	-	11.332	-
Banco Luso Brasileiro	20/10/2027	120% CDI	102	-	102	-
Banco Luso Brasileiro	01/11/2027	120% CDI	1.290	-	1.290	-
Banco Luso Brasileiro	08/12/2027	120% CDI	1.200	-	1.200	-
Banco Luso Brasileiro	01/12/2023	8,25%ANO/252	-	6.042	-	6.042
Banco Luso Brasileiro	24/05/2027	16,0%ANO/252	102	-	102	-
Banco Luso Brasileiro	15/09/2028	16,0%ANO/252	1.290	-	1.290	-
Banco Itaú	27/03/2021	97,5% CDI	4	4	4	4
Banco Santander	-	-	98	144	98	144
Banco Bradesco	09/12/2024	10% CDI	114	-	114	-
Banco Bradesco	03/04/2023	102% CDI	72.660	-	72.660	-
Outros Bancos	-	-	-	-	544	20
			131.183	43.976	132.214	43.996

(b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fundos de investimento em direitos creditórios (i)	71.134	-	-	-
Fundos multimercado (ii)	10.248	-	10.248	15.795
Carteira de ações	9.269	6.302	9.269	6.302
	90.651	6.302	19.517	22.097

(i) Refere-se a participação de 63.332.742,30 quotas no FIDC Millenium Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiras S.A, constituído em 29 de junho de 2022. Durante o exercício, o referido fundo apresentou remuneração média de 13,12%.

(ii) Refere-se a investimento em fundos multimercado, mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha;

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Disponibilidades--Continuação

(b) Títulos e valores mobiliários--Continuação

A carteira de ações da Companhia está substancialmente composta pelos seguintes ativos:

Instituição (a)	Ação	Data da compra	Controladora		
			Valor de custo	Valor justo em 2022	Valor justo em 2021
Bradesco	PETR4	27/10/2009	6.774	4.861	5.634
Bradesco	CSNA3	17/12/2009	650	393	669
Bradesco	AMER3	04/2022	499	162	-
Bradesco	BLAU3	04/2022	183	919	-
Bradesco	BRF3	04/2022	14	723	-
Bradesco	CVC3	04/2022	268	185	-
Bradesco	CYRE3	04/2022	499	447	-
Bradesco	TBS3	04/2022	1.059	618	-
Bradesco	LIGT3	04/2022	502	91	-
Bradesco	AMAR3	04/2022	114	119	-
Bradesco	MGLU3	04/2022	1.499	174	-
Bradesco	PMAM3	04/2022	366	9	-
Bradesco	SHOW3	04/2022	999	82	-
			13.427	8.783	6.302

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes no consolidado são substancialmente representadas, integralmente, por recebíveis decorrentes de comercialização de espaços publicitários por suas sociedades controladas, e na controladora está basicamente representado por serviços de intermediação de negócios realizadas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes	2.292	5.749	2.553	46.933
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	(374)
	2.292	5.749	2.553	46.559

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Aging das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A Vencer	2.292	5.749	2.553	41.089
Vencidos até 30 dias	-	-	-	5.317
Vencidos há mais de 60 dias	-	-	-	152
Vencidos há mais de 90 dias	-	-	-	365
Vencidos há mais de 120 dias	-	-	-	9
	2.292	5.749	2.553	46.933

Movimentação da PCLD

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	-	-	(374)	(672)
Baixas por recebimentos	-	-	-	165
Baixas por títulos incobráveis	-	-	-	133
Baixas	-	-	374	-
Saldo em 31 de dezembro	-	-	-	(374)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a expectativa de perda sobre as contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía saldos de contas a receber vencidos.

6. Partes relacionadas

Títulos e direitos de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui o montante de R\$ 71.134 referente títulos e direitos de crédito, constituídos no Millennium Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, compostos substancialmente por recebíveis junto a coligadas que atuam no segmento de transporte coletivo. Na Controladora, o referido montante está registrado como títulos e valores mobiliários, conforme apresentado na Nota 4.

Adiantamento para futuro aumento de Capital

Durante o exercício, a Companhia efetuou adiantamento para futuro aumento de capital na Controlada QUELUZ Participações Ltda., no montante de R\$ 54.558, de forma irrevogável e irrevogável, cuja expectativa de integralização do capital está prevista para o primeiro semestre do exercício 2023.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas--Continuação

Os empréstimos a pagar e a receber com partes relacionadas estão descritos abaixo:

Parte Relacionada - A receber	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2022	2021	2022	2021
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S/A (i) (a)	Mútuo	125% CDI + CETIP	30/06/2025	35.251	30.940	35.251	-
				35.251	30.940	35.251	-
			Circulante		-		-
			Não circulante	35.251	30.940	35.251	-

Parte Relacionada - A pagar	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2022	2021	2022	2021
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	15.964	19.993	15.964	19.993
Rede Bandeirantes de Minas Gerais Ltda.	Mútuo	125% CDI + CETIP	Sem vencimento	-	-	-	8.173
Kalitera Engenharia Ltda. (i)	Mútuo	Sem encargos	31/12/2020	-	-	-	2.636
Outros	Mútuo	Sem encargos		-	4	-	11
				15.964	19.993	15.964	31.032
			Circulante		-		11
			Não circulante	15.964	19.993	15.964	30.802

- (i) Em 1 de maio de 2021 foi extinto o contrato de prestação de serviços entre a empresa Kalitera Engenharia Ltda. e a controlada OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., através do pagamento de multa contratual no montante de R\$26.010, registrados integralmente no resultado, contemplando: valores referente à prestação de serviços do período de 1 de janeiro de 2021 até 31 de abril de 2021 - R\$15.768 (valores líquidos de PIS e Cofins), multa contratual - R\$26.010 e encargos financeiros dos contratos de mútuo vigentes - R\$184. O saldo remanescente de R\$2.636 refere-se a valores de glosas de serviços que estão sendo discutidos no âmbito de um processo de arbitragem conduzidos pelos assessores jurídicos da controlada.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas--Continuação

a) Contratos de mútuo - OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

Em 10 de abril de 2017 a sociedade OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., para fazer frente às necessidades de caixa, firmou contratos de mútuos com os acionistas no montante de R\$2.478, sendo a participação da RuasInvest correspondente ao montante de R\$1.064. O contrato firmado está remunerado em 125% do CDI e teve seu vencimento prorrogado de 10 de janeiro de 2021 para 10 de janeiro de 2022.

No decorrer do 1º semestre de 2021, a fim de conseguir suprir suas necessidades de caixa de giro, a OTIMA Concessionaria formalizou novos contratos de mútuos com os acionistas, na proporção de sua participação na companhia, no montante de R\$35.710, sendo a participação da RuasInvest correspondente ao montante de R\$27.431 atualizados em 31 de dezembro de 2021). Os contratos são remunerados a taxa CDI + 0,5% a.m., o que equivale a CDI + 6,17% aa. Esses contratos possuem seu vencimento em 30 de junho de 2025.

O Saldo total a receber da controlada, atualizados e considerados os 2 empréstimos é de R\$35.251 em 31 de dezembro de 2022.

A composição do saldo do mútuo a pagar pela controlada é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 1º de janeiro	30.940	1.402
Adições	-	27.431
Juros	4.449	1.969
Saldo em 31 de março	<u>35.251</u>	<u>30.802</u>

b) Contratos de mútuo APM - Investimento e Participações Ltda.

Em dezembro 2021, a RuasInvest buscando amortizar o saldo de mútuo existente com a empresa APM - Investimentos e Participações Ltda., iniciou um processo para transferência de sua aeronave Bombardier modelo CL 600 2B 16, realizando um contrato de dação no montante de R\$11.132, valor contábil registrado em 30 de novembro de 2021, após assinatura do contrato, a Companhia enviou a documentação solicitada pela ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e abriu um processo para realização da transferência. Em abril de 2022 houve o retorno negativo por parte da ANAC, e a operação de transferência na aeronave foi cancelada. No exercício, foi efetuado o pagamento de R\$ 4.029.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

7.1. Alienação parcial de Investimento em controlada – OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

a) Conclusão do processo de venda

As tratativas para a venda de 74,65% de participação dos acionistas (RuasInvest, Rádio Bandeirantes e Kalítera Engenharia) da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. para a Publibanca S.A., subsidiária integral da Eletromídia S.A. transcorreram durante o exercício de 2021, em 04 de março de 2022 a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e após aprovação do agente financiador Caixa Econômica Federal, foi formalmente finalizada em 01 de abril de 2022. Após a conclusão os acionistas minoritários, Rádio Bandeirantes e Kalítera Engenharia, deixaram o quadro societário e a RuasInvest permaneceu com 25,35% de participação na referida empresa (coligada).

b) Forma de Pagamento

A RuasInvest vendeu 29.112.473 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas de 51% do capital social da Companhia, pelo montante de R\$ 300.000 (preço de aquisição) que será pago parcelado da forma descrita a seguir:

- Pagamento Inicial: Na Data do Fechamento, efetuado em 01 de abril de 2022, a Companhia recebeu valor total fixo de R\$271.574, referente ao Pagamento Inicial do Preço de Aquisição.

- Pagamento Diferido – Indenização: A Compradora pagará a Vendedora o valor de R\$ 10.000 em 05 parcelas iguais e anuais, devidas do primeiro ao quinto aniversário da Data do Fechamento, corrigidas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), reduzido dos Tributos incidentes sobre rendimentos financeiros para pessoas jurídicas, verificado entre a Data do Fechamento e a data de seus respectivos pagamentos (se e quando devidos), observada a possibilidade de compensação dos valores de eventuais Perdas contra as parcelas do Pagamento Diferido – Indenização.

- Pagamento Diferido – Ajuste de Preço de Aquisição: A Compradora pagará a Vendedora, conforme aplicável, o valor de R\$ 18.426 e, em conjunto com o Pagamento Diferido – Indenização, corrigido de acordo com a variação do CDI, reduzido dos Tributos incidentes sobre rendimentos financeiros para pessoas jurídicas, verificado entre a Data do Fechamento e a data de seus respectivos pagamentos (se e quando devidos), observada a possibilidade de compensação dos valores de eventuais Perdas contra o Pagamento Diferido – Ajuste de Preço de Aquisição.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

7.1. Alienação parcial de Investimento – OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. --Continuação

c) Ganho de capital na alienação de investimento

Para determinar o custo de alienação do investimento baixado, a Companhia considerou o valor do investimento na data da alienação (31/03/2022) e o valor residual do intangível - Direito de concessão (Nota 11) até a data da transação, efetuando a baixa proporcional do seu valor líquido. O ganho líquido da alienação está demonstrado no quadro abaixo

	<u>2022</u>
Valor de venda inicial	300.000
(-) Parcela diferida – Indenização (i)	(10.000)
(-) Parcela diferida – Ajuste de preços (i)	(18.426)
Receita da venda	271.574
(-) Baixa intangível (Nota 11)	(105.881)
(-) Baixa Investimento	(7.982)
Ganho de capital na alienação	157.711

- (i) As parcelas diferidas referentes a indenização ao ajuste de preço de aquisição, descritas no contrato de compra e venda, estão relacionadas ao cumprimento de determinadas obrigações contratuais, relacionadas principalmente com a conclusão da revisão ordinária do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente referente a revisão dos eventos de desequilíbrio econômico e financeiro do referido contrato. Devido as incertezas relacionadas ao êxito ou não pela coligada na revisão do desequilíbrio econômico e financeiro no referido Contrato de Concessão junto, a Companhia não reconheceu essa parcela por entender ser contingente nesse momento, pois tais obrigações serão satisfeitas com a conclusão do processo de revisão tarifária pelo Poder Concedente.

7.2. Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Investimentos em participações societárias (Controladas em conjunto e coligadas)	655.084	518.176	697.977	506.656
Mais-valia de ativos a valor justo	(7.129)	(7.129)	(7.129)	(7.129)
	648.055	511.047	705.106	499.527

7.3. Passivo a descoberto em investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo a descoberto em investimentos	(5.497)	(5.479)	(5.497)	(5.479)
	(5.497)	(5.479)	(5.497)	(5.479)

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.4. Composição dos investimentos

	Investimentos em participações societárias		Mais-valia de ativos a valor justo		Saldo final líquido dos investimentos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	311.700	214.462	(7.129)	(7.129)	304.571	207.333
RC Participações S.A. (*)	84.925	74.142	-	-	84.925	74.142
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	166.728	130.783	-	-	166.728	130.783
Ótima Brasil S/A.	2.892	3.290	-	-	2.892	3.290
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	7.517	6.060	-	-	7.517	6.060
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	9.858	7.056	-	-	9.858	7.056
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.		-	-	-		-
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	278	248	-	-	278	248
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	29.770	20.521	-	-	29.770	20.521
Concessionária das Linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo S.A.	21.268	3.299	-	-	21.268	3.299
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	455	459	-	-	455	459
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	23.216	8.230	-	-	23.216	8.230
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	9.617	8.769	-	-	9.617	8.769
OM Linha 6 S.A.	1.836	781	-	-	1.836	781
Queluz Participações Ltda. (i)	(14.844)	40.076	-	-	7.831	40.076
RIMU - RuasInvest Mobilidade Urbana S.A.	9	-	-	-	9	-
Controladora	655.084	518.176	(7.129)	(7.129)	648.055	511.047
Consolidado	697.977	506.656	(7.129)	(7.129)	705.106	499.527

(*) Empresa detentora de 43,08% das ações do Banco Luso Brasileiro S.A.

(i) Em janeiro de 2020, a Companhia adquiriu 99,99% das quotas de participação societária na Queluz Participações Ltda., sendo registrado deságio por compra vantajosa pelo montante de R\$26.985. Conforme CPC 15, essa aquisição não configurou uma combinação de negócios, tendo em vista que o controle da sociedade continua em poder das empresas Amarante, Serpa e MJR, acionistas e administradores da RuasInvest.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.5. Composição do passivo a descoberto em investimentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
TVO Publicidade S.A.	<u>(5.497)</u>	<u>5.479</u>
	<u>(5.497)</u>	<u>5.479</u>

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.6. Informações relevantes sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Empresas	Quotas/ações possuídas pela Companhia		% de participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controlada												
Ótima Brasil S.A.	8.701.182	8.701.182	100,00%	100,00%	2.352	4.595	949	1.306	2.892	3.289	(397)	(969)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S/A.	14.470.112	43.583.085	25,35%	76,35%	286.430	240.780	194.849	230.000	91.581	10.780	80.801	2.601
Queluz Participações Ltda	45.999.999	45.999.999	99,99%	99,99%	66.305	67.460	54.464	659	11.766	66.801	(53.978)	(2.869)
Controlada em conjunto												
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.(i)	147.000.000	147.000.000	49,00%	49,00%	1.387.090	1.045.644	765.516	622.516	621.574	423.128	196.774	(34.933)
Coligadas												
RC Participações S.A.	55.338.946	55.338.946	66,67%	66,67%	129.885	112.543	1.004	1.336	128.881	111.207	20.979	11.327
OM Linha 6 Participações S.A.	13.588.616	13.588.616	21,61%	21,61%	8.699	4.143	203	530	8.496	3.613	818	3.490
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.450.000	2.450.000	49,00%	49,00%	19.360	17.490	4.019	5.123	15.340	12.367	2.973	(2.975)
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	1.715.000	1.715.000	49,00%	49,00%	37.152	26.893	17.035	12.493	20.118	14.400	5.693	(3.985)
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	98.000	98.000	49,00%	49,00%	969	1.219	402	712	567	507	60	24
CPA Centro de processamento de Alumínio Ltda.	5.145.000	5.145.000	49,00%	49,00%	94.003	52.197	74.376	34.302	19.627	17.895	1.935	(1.339)
TVO Publicidade S.A.	1.640.939	1.640.939	20,79%	20,79%	2.870	2.868	29.322	29.222	(26.452)	(26.354)	(97)	(519)
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA.	22.441.071	22.441.071	15,00%	15,00%	3.240.644	3.029.482	1.530.147	2.157.593	1.111.521	871.889	323.371	936.089
Concessionária das Linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo S.A.	64.000.000	64.000.000	20,00%	20,00%	3.046.743	1.727.253	2.612	1.710.757	106.342	16.496	64.709	(49.514)
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	14.598.000	14.598.000	20,00%	20,00%	2.275	2.305	1	11	2.275	2.294	(20)	(76)
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	14.827.400	14.827.400	16,66%	16,66%	951.120	913.739	466.877	790.566	178.731	123.173	74.456	37.153
RIMU - RuasInvest Mobilidade Urbana S.A.	9.100	-	91,00%	-	9	-	-	-	9	-	-	-

- (i) A Controlada em conjunto Caio Induscar possui ações no âmbito judicial para recuperação dos valores tributados na inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021 o STF decidiu que o ICMS destacado na nota fiscal pode ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS com efeitos retroativos a 15 de março de 2017. Após o julgamento dos embargos de declaração e modulação pelo STF, foi possível o Grupo ter elementos suficientes para a mensuração confiável do valor do crédito tributário a ser efetivamente recuperado e reconhecido. O processo da Caio teve seu trânsito em julgado no dia 15 de agosto de 2019. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Caio finalizou o levantamento do cálculo dos referidos créditos tributários, reconhecendo inicialmente o montante de R\$ 106.787 onde R\$ 77.865, referente ao montante original do crédito tributário, foram reconhecidos em outras receitas operacionais) e R\$ 28.922, referente aos juros sobre os créditos elegíveis foram reconhecidos como receitas financeiras, nas demonstrações financeiras da controlada em conjunto.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.7. Movimentação dos investimentos

Empresa	Participação	2021	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Ganho Compra Vantajosa	Aumento de capital	Aquisição / Baixa	Destinação de dividendos	Mutações	2022
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	207.333	96.419	819						304.571
RC Participações S.A.	66,67%	74.142	13.993	(1.913)		261		(3.323)	1.765	84.925
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	781	177			-			878	1.836
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	6.060	1.457							7.517
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	7.056	2.790						12	9.858
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	248	29						-	278
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	8.769	948						(99)	9.617
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.479)	(18)						-	(5.497)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	8.230	22.967				(7.982)		-	23.216
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA	15,00%	130.783	48.506					(12.119)	(442)	166.728
Ótima Brasil	100,00%	3.290	(397)						-	2.892
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	16,66%	20.521	12.431					(2.952)	(229)	29.770
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9 (i)	20,00%	3.299	12.942	215		5.596			(783)	21.268
Via Mobilidade - Linha 15	20,00%	459	(4)						-	455
Queluz Participações Ltda	99,99%	40.076	(53.977)						(983)	(14.484)
RIMU – RuasInvest Mobilidade Urbana S.A.							9			9
		505.567	158.260	(878)		5.857	(7.973)	(18.934)	120	642.559
Classificado como investimentos		511.047								648.056
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(5.479)								(5.497)
		505.568								642.559

(i) Em março de 2022, a RuasInvest, juntamente com as companhias Amarante Participações S.A., Serpa Participações S.A. e MJR Participações S.A., constitui a companhia RuasInvest Mobilidade Urbana S.A., cujo objeto social consiste na participação de outras sociedades como sócia ou acionista, participando com 91% das ações subscritas, o investimento ainda está sem operação.

(ii) Em 01 de abril de 2022, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a RuasInvest e a Publibanca Brasil S.A, assinaram o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual fica estipulada a alienação de 51% da participação societária da Companhia na empresa OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., passando a partir dessa data o controle do investimento para a Publibanca Brasil S.A, e permanecendo no quadro societário da companhia com 25,35% de participação.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.7. Movimentação dos investimentos--Continuação

Empresa	Participação	2020	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Ganho Compra Vantajosa	Aumento de capital	Aquisição / Baixa	Distribuição de lucros	Mutações	2021
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	225.599	(17.117)	(1.149)	-	-	-	-	-	207.333
RC Participações S.A.	66,67%	66.272	7.552	1.756	-	124	-	(1.794)	232	74.142
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	(39)	754	-	-	100	-	-	(34)	781
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	7.518	(1.458)	-	-	-	-	-	-	6.060
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	9.009	(1.953)	-	-	-	-	-	-	7.056
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	236	12	-	-	-	-	-	-	248
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	9.424	(656)	-	-	-	-	-	1	8.769
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.365)	(108)	-	-	-	-	-	(6)	(5.479)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	6.245	1.986	-	-	-	-	-	(1)	8.230
ViaQuatro	15,00%	26.300	140.413	-	-	-	-	(35.930)	-	130.783
Ótima Brasil	100,00%	4.258	(969)	-	-	-	-	-	1	3.290
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	16,66%	16.014	6.190	-	--	-	-	(2.272)	589	20.521
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9 (i)	20,00%	-	(9.903)	-	-	-	13.202	-	-	3.299
Via Mobilidade - Linha 15	20,00%	544	(15)	-	-	-	-	-	(70)	459
Queluz Participações Ltda	99,99%	42.029	(2.869)	-	-	33	-	-	883	40.076
		<u>408.044</u>	<u>121.859</u>	<u>607</u>	<u>-</u>	<u>257</u>	<u>13.202</u>	<u>(39.996)</u>	<u>1.595</u>	<u>505.567</u>
Classificado como investimentos		413.449	-	-	-	-	-	-	-	511.047
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(5.405)	-	-	-	-	-	-	-	(5.479)
		<u>408.044</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>505.568</u>

(i) Em janeiro de 2020 a empresa adquiriu 99,99% das quotas de participação societária na Queluz Participações Ltda. Conforme CPC 15, essa aquisição não configurou uma combinação de negócios, tendo em vista que o controle da sociedade continua em poder das empresas Amarante, Serpa e MJR, acionistas e administradores da RuasInvest.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA	36.752	35.433
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	4.477	1.525
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	722	-
Petrobras	329	-
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	539	539
RC Participações	3.689	366
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	20	8
	46.527	37.870

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio no exercício está como a seguir:

	2021	Declarados	Recebidos	2022
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA	35.433	12.119	(10.800)	36.752
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	1.525	2.952		4.477
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	-	722		722
Petrobras	-	329		329
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	539	-		539
RC Participações	366	3.323		3.689
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	8	12		20
	37.870	19.457	-	46.527

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Execução de garantia Move São Paulo (i)	40.138	77.938	40.138	77.938
Adiantamentos	546	818	546	818
Caruana	414	414	414	414
Outros	22	63	357	1.023
	41.147	79.232	41.482	80.192
Circulante	41.106	40.263	41.441	41.224
Não circulante	41	38.969	41	38.969

- (i) Em outubro de 2020 foi firmado um acordo de venda de direito à Concessão da Move SP. A empresa ACCIONA que adquiriu esse direito, assumiu o compromisso de pagamento da dívida junto aos garantidores da fiança de 2017, quitando a primeira parcela no valor de R\$37.5 milhões. Em novembro de 2021 e 2022 empresa ACCIONA quitou as segundas e terceiras parcelas, respectivamente, sendo que o saldo remanescente será liquidado em 2023.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Vida útil (anos)	Controladora			
		2022		2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Aeronave	10	63.178	(58.862)	4.316	10.080
Veículos	10	-	-	-	-
Software	5	40	(9)	31	38
Outros	10	208	(8)	200	1
		63.426	(58.879)	4.547	10.118

	Vida útil (anos)	Consolidado			
		2022		2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Aeronave	10	63.178	(59.105)	4.073	10.080
Veículos	10	-	-	-	-
Software	5	40	(9)	31	38
Abrigos	12 a 25	-	-	-	96.710
Outros	10 a 20	5.996	(3.219)	2.778	26.817
		69.213	(62.333)	6.880	133.644

Em abril de 2013, a Companhia adquiriu uma nova aeronave Marca Bombardier, modelo técnico CL-600-2B16 e modelo comercial Challenger, no valor de R\$60.169, que foi alienada ao Bradesco Leasing S.A., Arrendamento Mercantil por meio de contrato de leasing financeiro. Essa aeronave tem como objetivo: viabilizar viagens a novos empreendimentos pelos diretores da RuasInvest; viagens nacionais e ao exterior relacionadas às participações societárias diretas e indiretas (CAIO Induscar, CAIO México, CAIO Chile); e, boa impressão e imagem associadas à excelência dos produtos e serviços do Grupo RuasInvest.

As principais coberturas de seguro da aeronave referem-se a casco e guerra (US\$30 milhões), danos pessoais (US\$25 milhões) e responsabilidade civil (UD\$150 milhões).

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

A movimentação do custo do imobilizado está demonstrada abaixo:

	Controladora				
	Aeronave	Veículos	Software	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2021, líquido	14.513	-	-	1	14.514
Adição	2.409	-	40	-	2.449
Depreciação	(6.842)	-	(2)	-	(6.844)
Em 31 de dezembro de 2021	10.080	-	38	1	10.118
Custo	63.151	-	40	2	63.194
Depreciação acumulada	(53.072)	-	(2)	(2)	(53.075)
Em 31 de dezembro de 2021, líquido	10.080	-	38	-	10.118
Adição	26	-	-	206	232
Depreciação	(5.790)	-	(7)	(6)	(5.804)
Em 31 de dezembro de 2022	4.316	-	31	200	4.547
Custo	63.178	-	40	208	63.426
Depreciação acumulada	(58.862)	-	(9)	(8)	(58.879)
Em 31 de dezembro de 2022, líquido	4.316	-	31	200	4.547

	Consolidado					
	Aeronave	Veículos	Abrigos	Software	Outros	Total
Em 01 de janeiro de 2020, líquido	10.080	-	96.710	38	26.817	133.644
Adição	2.409	-	-	40	17.508	19.957
Baixa	-	-	(105)	-	(5.545)	(5.650)
Transferências	-	-	9.663	-	(9.663)	-
Depreciação	(6.842)	-	(6.764)	(2)	(3.004)	(16.612)
Em 31 de dezembro de 2021	14.513	15	93.916	38	27.522	135.965
Custo	63.151	-	143.444	40	40.111	246.747
Depreciação acumulada	(53.072)	-	(46.735)	(2)	(13.294)	(113.102)
Em 31 de dezembro de 2021, líquido	10.080	-	96.710	38	26.817	133.644
Adição	26	-	-	-	838	864
Baixa líquida em venda de controlada	-	-	(94.992)	-	(24.268)	(119.260)
Depreciação do exercício	(6.033)	-	(1.717)	(7)	(610)	(8.367)
Em 31 de dezembro de 2022	4.072	-	-	31	2.778	6.880
Custo	63.177	-	-	40	5.996	69.213
Depreciação acumulada	(59.105)	-	-	(9)	(3.219)	(62.333)
Em 31 de dezembro de 2022, líquido	4.072	-	-	31	2.778	6.880

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Controladora	
	Direito de Concessão	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	177.366	177.366
Amortização	(10.064)	(10.064)
Saldo contábil	167.302	167.302
Saldo de custo	207.558	207.558
Amortização acumulada	(40.256)	(40.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	167.302	167.302
Baixas	(105.881)	(105.881)
Amortização	(4.490)	(4.490)
Saldo contábil	56.931	56.931
Saldo de custo	101.677	101.677
Amortização acumulada	(44.746)	(44.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.931	56.931

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

	Marcas e patentes	Software (i)	Direito de outorga (i)	Implantação SAP B1 (ii)	Sistema de métricas OOH (iii)	APP	Direito de uso (iv)	Direito de concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	125	1.150	23.800	124	936	723	2.283	177.366	206.506
Aquisições	64	-	-	-	-	-	-	-	64
Baixas	-	-	-	(124)	-	(574)	-	-	(698)
Amortização	(9)	(303)	(1.400)	-	(688)	(149)	(1.191)	(10.064)	(13.804)
Saldo contábil	189	846	22.400	-	248	-	1.092	167.302	192.077
Saldo de custo	240	2.768	35.000	-	2.760	-	3.964	207.558	252.291
Amortização acumulada	(52)	(1.922)	(12.600)	-	(2.512)	-	(2.873)	(40.256)	(60.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	189	846	22.400	-	248	-	1.092	167.302	192.077
Aquisições	29	20							49
Amortização	(2)	(51)	(350)		(215)			(4.490)	(5.108)
Baixa líquida por venda de controlada	(215)	(796)	(22.050)		(33)		(1.092)	(105.881)	(130.067)
Saldo contábil	-	20	-	-	-	-	-	56.931	56.951
									0
Saldo de custo	-	20	-	-	-	-	-	101.677	101.697
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	-	(44.746)	(44.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	56.951
Taxas anuais de amortização	4%	20%	4%	25%	25%				

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

a) Saldos

Modalidade	Garantia	Instituição financeira	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2022	2021	2022	2021
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	3,79% a.a.	Nov/23	48.180	51.440	48.180	51.440
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	3,79% a.a.	Nov/23	16.060	17.147	16.060	17.147
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	4,59% a.a.	Jan/24	94.012	100.566	94.012	100.566
Financiamento - FINISA	Depósitos bancários e	Caixa Econômica						
Capital de Giro "CCB"	cessão de direitos creditórios	Federal	CDI + 2,5 % aa	06/2025	-	-	-	117.114
Financiamento de Estudos e Projetos	Aval Ruas Invest	Banco Guanabara	CDI + 7,44% aa	08/2022	-	-	-	16.946
	Fiança Bancária	FINEP	TJLP + 3,3% aa	12/2023	-	-	-	5.453
					158.252	169.152	158.252	308.666
				Não circulante	94.003	160.811	94.003	262.269
				Custo de transação	-	-	-	1.249
				Circulante	64.249	8.341	64.249	45.148

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Reconciliação da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	158.252	169.152	158.252	307.417
Total da dívida	158.252	169.152	158.252	307.417
Caixa e equivalentes de caixa	(131.499)	(44.700)	(132.214)	(49.115)
Total da dívida líquida	26.753	124.452	26.038	258.303

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2021	157.845	(48.682)	109.162
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Pagamento de juros	(9.092)	-	(9.092)
Outros	-	3.982	3.982
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	6.896	-	6.896
Variação cambial	13.503	-	13.503
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	169.152	(44.700)	124.452
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2022	169.152	(44.700)	124.452
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Pagamento de juros	(7.644)		(7.644)
Outros		(86.800)	(86.800)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	7.269		7.269
Variação cambial	(10.525)		(10.525)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	158.252	(131.499)	26.753

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Reconciliação da dívida líquida--Continuação

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2021	321.831	(51.534)	270.297
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	37.100	-	37.100
Pagamento de principal	(60.796)	-	(60.796)
Pagamento de juros	(23.907)	-	(23.907)
Outros	2.257	2.419	4.676
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	17.429	-	17.429
Variação cambial	13.503	-	13.503
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	307.417	(49.115)	258.303
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2022	307.417	(49.115)	258.303
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captações	3.668		3.668
Pagamento de principal	(11.299)		(11.299)
Pagamento de juros	(11.526)		(11.526)
Outros	151	(99.912)	(99.761)
Transferência na venda de controlada	(130.854)	17.528	(113.236)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	11.220		11.220
Variação cambial	(10.525)		(10.525)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	158.252	(131.499)	26.753

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Compra de Participação Societária - Serpa	2.163	3.395	2.163	3.395
Compra de Participação Societária - MJR	28.871	45.337	28.871	45.337
Compra de Participação Societária - Amarante	3.963	6.220	3.963	6.220
Outras contas a pagar	5.257	3.622	5.569	4.281
	40.253	58.574	40.566	59.233

14. Provisões e contingências

	Consolidado	
	2022	2021
Provisão para contingências	-	555
Bonificação por volume e manutenção	-	3.570
Outras	-	1.950
	-	6.075

A Companhia e suas controladas não possuem discussões judiciais cujo prognóstico de perda seja avaliado como “provável” por seus assessores jurídicos. As discussões judiciais com prognóstico de perda avaliados como possível totalizam R\$ 426 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2021).

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as ações e o capital social estavam distribuídas entre os acionistas conforme abaixo:

Acionistas	2022			
	Quantidade de ações	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
AMARANTE Participações S.A.	143.666.667	143.668	123.668	33,33%
SERPA Participações S.A.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
MJR Participações S.A.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
	431.000.001	431.000	371.000	100,00%

Acionistas	2021			
	Quantidade de ações	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
AMARANTE Participações Ltda.	143.666.667	143.668	123.668	33,33%
SERPA Participações Ltda.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
MJR Participações Ltda.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
	431.000.001	431.000	371.000	100,00%

Em julho de 2021 os acionistas aprovaram um aumento no capital social da Companhia de R\$60.000, mediante a emissão de 60.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que será totalmente integralizado pelas acionistas proporcionalmente às suas participações no capital social, em moeda corrente nacional, no prazo de 12 meses.

Em dezembro de 2022 cada acionista integralizou a quantia de R\$ 6.800MM totalizando um aumento de R\$ 20.400MM no capital integralizado.

b) Reserva legal e de Lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$ 281.331, a reserva legal foi constituída a 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

c) Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

O Estatuto Social estabelece que os acionistas têm o direito de recebimento do dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada a constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva, e lucro anteriormente registrados nessa reserva que tem sido realizados no exercício.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

c) Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP)--Continuação

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	281.331	103.305
Lucro após absorção de prejuízos acumulados	281.331	103.305
Constituição da reserva legal (5%)	14.067	5.165
Base de cálculo dos dividendos	267.264	98.140
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	66.816	33.000
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	24%	32%

d) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	Controladora	
	2022	2021
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	281.331	103.305
Denominador		
Média ponderada do número de ações no exercício	431.000	431.000
Resultado por ação		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	0,65	0,24

16. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de prestação de serviços				
Comissão de Fiança	6.787	3.457	6.787	3.457
Prestação de serviço de veiculação		-	43.321	180.874
Prestação de representação comercial		-		417
	6.787	3.457	50.109	184.749
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre serviços prestados	(967)	(493)	(6.250)	(22.314)
	5.820	2.964	43.859	162.435

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2022	2021
Pessoal de operações	(3.054)	(11.711)
Manutenção, limpeza e conservação de abrigos	(4.596)	(31.380)
Depreciação e amortização	(2.546)	(11.433)
Outorga fixa mensal	(4.520)	(17.020)
Gastos com direito de uso	-	(923)
Outros gastos	(1.493)	(4.607)
	(16.209)	(77.074)

18. Despesas gerais e administrativas e com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	(1.195)	(717)	(1.543)	(13.556)
Despesas com vendas	-	-	-	(14.637)
Despesas com depreciação	(6.330)	(6.756)	(6.330)	(8.828)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(2.372)	(3.137)	(2.390)	(3.174)
Despesas com aeronave	(12.641)	(1.904)	(12.641)	(1.904)
Outras despesas	(2.884)	(3.940)	(8.659)	(10.872)
	(25.422)	(16.453)	(31.563)	(52.971)

19. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas operacionais				
Ganho na venda de investimento vantajosa (nota 7)	157.711	-	157.711	-
Dividendos e lucros recebidos	3.470	1.232	3.470	1.232
Outras receitas operacionais	65	21	65	21
	161.246	1.253	161.246	1.253
Outras despesas operacionais				
Amortização de ativo intangível	(4.490)	(10.064)	(4.490)	(10.064)
Outras despesas operacionais (i)	(139)	(637)	(10.630)	(26.790)
	(4.629)	(10.071)	(15.120)	(36.854)
	156.617	(9.448)	146.126	(35.601)

(i) Referente principalmente a multa proveniente da quebra de contrato junto a Kalítera Engenharia S.A, no montante de R\$26.010, na controlada Otima Concessionária de Mobiliário Urbano S.A.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	17.034	1.275	17.034	1.444
Venda de ações			-	
Juros sobre mútuos (Nota 6)	6.385	6.108	6.385	6.108
Juros sobre capital próprio de investida		247	-	247
Varição monetária ativa	211	692	211	692
Varição cambial ativa	48.151	22.513	48.151	22.485
Outras	1	3.790	54	4.334
	71.782	34.625	71.834	35.309
Despesas financeiras				
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(21)	(45)	(21)	(57)
Venda de ações			-	-
Juros sobre empréstimos bancários	(7.981)	(7.368)	(7.981)	(22.026)
Varição monetária passiva	(5.605)	(2.249)	(5.605)	(2.249)
Varição cambial passiva	(32.026)	(35.846)	(32.026)	(35.846)
Comissões de fiança	(4)		(4)	(2)
Outras	(6.947)	(337)	(12.036)	(2.758)
	(52.584)	(45.845)	(57.673)	(62.937)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos saldos dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo de tributos diferidos				
Provisão para comissão de vendas		-		711
Outras provisões		-		1.796
Provisão para devedores duvidosos		-		124
Prejuízo fiscal	3.419	15.603	35.777	47.650
	3.419	15.603	35.777	50.281
Passivo de tributos diferidos				
Custo de transação de empréstimos		-		(355)
Ganho líquido na alienação de investimento (i)	(10.057)	(45.892)	(10.057)	(45.892)
Outros		-		(1.239)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo (passivo)	(10.057)	(45.892)	(10.057)	2.795
Classificação no balanço patrimonial:				
Registrado no ativo não circulante	-	-	35.777	33.084
Registrado no passivo não circulante	(6.638)	(30.289)	(10.057)	(30.289)

- (i) Em novembro de 2017, a Companhia comprou 58,7% das ações da controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. Em janeiro de 2018 o valor justo de R\$201.283 apurado após a reavaliação do ativo foi incorporado ao intangível da Empresa, do valor justo apurado, R\$134.976 foi considerado como ganho com compra vantajosa gerando a necessidade de constituição de um passivo diferido de R\$45.892 (aplicação de alíquotas fiscais combinadas de 34%). Conforme mencionado na Nota 26, em decorrência da alienação de 51% da participação societária da controlada em 2022, foi registrado imposto de renda diferido ativo limitado a 34% do imposto de renda diferido passivo, o qual deverá ser realizado mediante efetivação da referida transação de venda.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação de alíquota

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	314.473	87.702	318.191	90.183
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(106.921)	(29.819)	(108.195)	(30.662)
Equivalência patrimonial	53.808	41.432	55.017	41.148
Varição cambial	(1.320)	(1.320)	(1.320)	(1.320)
Dividendos recebidos	1.180	419	1.180	419
Juros sobre capital próprio	-	84	-	84
Amortização de ágio	(3.422)	(3.422)	(3.422)	(3.422)
Outras adições e exclusões	(208)	(208)	(208)	(946)
Compensação de prejuízo fiscal e realização de tributo diferido sobre compra vantajosa (21.a)	23.741	8.437	21.228	8.437
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(33.142)	15.603	(35.709)	13.738
	10%	(18%)	10%	(15%)
Divulgado como:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(36.561)	-	(39.128)	(68)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	3.419	15.603	3.419	13.806
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(33.142)	15.603	(15.522)	13.738

c) Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Controladora apresentou, respectivamente, prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$133.701 e R\$104.469. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu um ativo fiscal diferido no montante de R\$3.419, pois há a possibilidade de que no ano de 2023, com a venda do saldo restante de participação da controlada OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes, no mínimo junto a compensação dos tributos diferidos passivos.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

a) *Risco de liquidez--Continuação*

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	Controladora	
	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos - circulante	64.249	-
Empréstimos e financiamentos - não circulante	94.003	100.771
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	84.276	-
Outras a pagar	40.253	-
	282.781	100.771

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos - circulante	64.249	68.875
Empréstimos e financiamentos - não circulante	94.003	100.771
Empréstimos - partes relacionadas - não circulante	15.964	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	84.276	-
Outras a pagar	40.253	-
	298.746	329.551

b) *Risco de mercado*

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das *commodities*.

Em 2022, não houve exposição relevante ao risco de mercado. As exposições existentes e o mapa de descasamento de indexadores são acompanhados.

c) *Risco de moeda*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

d) *Risco de taxa de juros*

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de empréstimos e aplicações financeiras.

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	90.651	6.302	19.517	22.097
Aplicações financeiras	131.183	43.976	132.214	43.996
	221.834	50.278	151.731	66.093
Ativos financeiros pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	316	723	487	5.118
Partes relacionadas			71.134	-
Contas a receber de clientes	2.292	5.749	2.553	46.559
Empréstimos - partes relacionadas	35.251	30.941	35.521	-
Dividendos a receber	46.527	37.870	46.527	37.870
Outras contas a receber	41.147	79.232	41.482	80.192
	125.533	154.515	127.704	169.740

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	158.252	169.152	158.252	307.417
Fornecedores e contas a pagar	-	-	30	19.319
Empréstimos - partes relacionadas	15.964	19.993	15.964	30.802
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	81.180	36.985	81.180	36.985
Outras contas a pagar	40.253	58.574	40.566	58.579
	295.649	284.705	295.992	453.101

23. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido, em valores de cobertura suficientes para seus ativos.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

* * *